

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 18 • 2018



ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 18 . 2018

FUNDADOR

Luís Reis Torgal

DIRETOR

António M. Rochette Cordeiro

COORDENAÇÃO

Álvaro Garrido e Sara Trindade

CONSELHO EDITORIAL

Ana Leonor Pereira (aleop@ci.uc.pt)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

António Sampaio da Nóvoa (anovoa@ie.ulisboa.pt)
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Univ. de Lisboa

António Gomes Ferreira (antonio@fpce.uc.pt)
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

António Pedro Pita (appita@gmail.com)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

António Rafael Amaro (aamaro@fe.uc.pt)
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Carlos Camponez (c.camponez@sapo.pt)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Carlos E. Pacheco Amaral (Carlos.ep.amaral@uac.pt)
Universidade dos Açores

Didier Francfort (arrivefrancfort@aol.com)
Université Nancy 2

Eloy Fernández Clemente (efernan@unizar.es)
Universidad de Zaragoza

Estevão Chaves de Rezende Martins (ecrm@terra.com.br)
Universidade de Brasília

Isabel Maria Freitas Valente (valente.isa@gmail.com)
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20

Isabel Nobre Vargues (ivargues@fl.uc.pt)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Paulo Avelás Nunes (jpavelas@fl.uc.pt)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Rui Pita (jrpita@ff.uc.pt)
Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

Joaquim Ramos de Carvalho (joaquim@uc.pt)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Jorge Seabra (jorge-seabra@sapo.pt)
Instituto Politécnico de Tomar

Juan Antonio Rodríguez Sánchez (jarshm@usal.es)
Universidad de Salamanca

Luís Mota (mudamseostempos@gmail.com)
Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra

Luís Reis Torgal (lreistorgal@gmail.com)
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20

Maria Emília da Costa Prado (emiprado@gmail.com)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Maria Manuel Borges (mmborges@gmail.com)
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Maria Manuela Tavares Ribeiro (mtribeiro7@gmail.com)
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra

Mariano Esteban de Vega (maes@usal.es)
Universidad de Salamanca

Mário Mesquita (mmesquita@escs.ipl.pt)
Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

AVALIADORES EXTERNOS

Carlota Boto – Universidade de São Paulo

Nicolas Werth – Université Paris 8

Kirsten Frandsen – University of Aarhus

Julio Peréz Serrano – Universidad de Cádiz

Manfred Thaller – University of Cologne

Dulce Pimentel – Universidade Nova de Lisboa

REDAÇÃO

Investigadores e Colaboradores do CEIS20

A Revista Estudos do Século XX é uma Revista com arbitragem científica.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Marlene Taveira

PROPRIEDADE E SEDE DA REDACÇÃO

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20

Rua Filipe Simões, n.º 33

3000-186 Coimbra

Telefone: + 351 239 708 870

Fax: + 351 239 708 871

E-mail: ceis20@ci.uc.pt

URL: <http://www.uc.pt/iii/ceis20>

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 18 . 2018



Ficha Técnica

Edição e Assinaturas

Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha n.º 1
3000-214 Coimbra

E-mail: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Design
António Barros

Infografia da Capa
Imprensa da Universidade de Coimbra

Paginação
Bookpaper, Lda

Impressão e acabamento
Tipografia Damasceno

Preço deste Número
25 euros

Periodicidade
Anual

Assinaturas
Portugal 20 euros
(Estudantes 17.50 euros)

ISSN 1645-3530
ISSN DIGITAL 1647-8622
DOI https://doi.org/10.14195/1647-8622_18

Depósito Legal 252201/06

Esta revista encontra-se indexada e catalogada na Latindex (www.latindex.unam.mx), na International Bibliography of the Social Sciences (www.lse.ac.uk/collections/IBSS/) e na European Reference Index for the Humanities - ERIH (<https://www2.esf.org/asp/ERIH/Foreword/index.asp>).

A responsabilidade dos textos é dos autores.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

UID/HIS/00460/2013

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

Índice

António M. Rochette Cordeiro; Álvaro Garrido; Sara Dias-Trindade, <i>Nota Introdutória</i>	9
ARTIGOS	
Andrei Marga, <i>The Sense of the Our-Days History</i>	15
Mário Matos e Lemos, <i>Espanha, Agosto de 1936 – Henrique Galvão enviado de Salazar à Guerra Civil</i>	37
Miguel Dias Santos, <i>Germanofilia em Portugal durante a Grande Guerra: o caso do jornal ABC, de Madrid</i>	51
Jorge Mano Torres, <i>Os agremiados, os contribuintes e o tecido comercial. Os Grémios do Comércio de Braga e Guimarães, 1944-1955</i>	75
Alice Cunha; Yvette Santos, <i>The participation of Portuguese students in ERASMUS: from its European conception to its implementation in universities</i>	97
Aurora Almada Santos, <i>Da “Débil Presença” ao Fait Accompli: A Organização das Nações Unidas e a Descolonização Portuguesa</i>	115
Ana Teresa Peixinho; Luís Augusto Costa Dias, <i>O intelectual, o artista e as massas na cultura portuguesa finissecular</i>	135
José Guilherme Victorino, <i>O teatro como manifesto político no advento do salazarismo: o caso da peça “O Estandarte” em 1932</i>	153
João Moreira, <i>João Martins Pereira. Um intelectual público para além do «pequeno mundo estreito»</i>	169
Luís Miguel Correia, <i>Paisagem e Monumentos de Portugal. Imagens do Ressurgimento Nacional</i>	189
RECENSÕES E NOTAS DE LEITURA.....	221

Nota Introdutória

António M. Rochette Cordeiro
Álvaro Garrido
Sara Dias-Trindade

da forma de regime e aceitando o actual porque é o que está, outros agitam-se para um regresso à monarquia.

Ainda na mesma carta:

«A confusão política de amanhã continua a desenhar-se cada vez melhor. Perante a chegada de Franco, discutem-se já questões de mando entre os chefes. Para se comporem as coisas, por agora não há um chefe do movimento – isto é: um chefe dos chefes – mas sim vários em funções independentes (como eles dizem) apesar de eu não compreender como essa independência possa existir. Mola será o comandante das forças que sitiam Madrid; Queipo de Llano o comandante da Divisão da Andaluzia; Franco o Comandante em Chefe das Forças Militares. Franco é o menos graduado dos generais mas é o mais prestigioso e o mais sabedor. Julga-se evitar conflitos dando a cada um títulos trabalhosamente imaginados e afirmando a independência das suas funções.

«Entretanto, embora todos clamem contra os políticos profissionais e digam que a nova Espanha tem que se organizar sem eles – os partidos começam a formar-se e a diferenciar-se [...]. Simplesmente aqui a questão monárquica assumirá uma importância maior: já aparecem nalguns automóveis pequenas bandeiras monárquicas e nas janelas vêem-se senhoras costurando (?) na bandeira bicolor da Espanha monárquica.»

A carta do dia 17, a última – a não haver mais, como o *Ephemer* ressalva – termina assim:

«Diz-se que o Governo português entregou aos ocupantes de Badajoz os comunistas que fugiram para Portugal. Essa atitude tem sido enaltecida.»

Em conclusão: se da leitura destas cartas que a *Ephemer* divulgou não se tiram quaisquer novidades, não quer dizer que sejam desprovidas de interesse. Muito pelo contrário: dá o clima que se vivia no sul de Espanha nesses primeiros dias da sublevação contra o Governo de Madrid. Galvão enganou-se quanto à queda de Madrid em pouco tempo, como, aliás, todos previam, mas as suas informações não só ajudaram, via *Diário da Manhã*, a modelar a opinião pública sobre a guerra, como poderão ter ajudado Salazar a formar uma opinião sobre o que deveria fazer relativamente ao conflito. Pelo menos, nessa altura, ele certamente gostaria de pensar que sim.

Nota – O autor não segue o AO 90.

Germanofilia em Portugal
durante a Grande Guerra
O caso do jornal *ABC*, de Madrid

Germanophilia in Portugal during the First World War
The case of the Madrid newspaper *ABC*

Miguel Dias Santos

Miguel Dias Santos, Doutorado em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor do ensino secundário, é Investigador no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra. Email: miguelantoniosantos@sapo.pt.

https://doi.org/10.14195/1647-8622_18_3

GERMANOFILIA EM
PORTUGAL DURANTE A
GRANDE GUERRA: O CASO
DO JORNAL ABC,
DE MADRID

No conflito entre aliadófilos e germanófilos, que ocorreu na Europa durante a Grande Guerra, a imprensa teve um papel central nos debates culturais e ideológicos. O ABC de Madrid integrava o grupo da imprensa germanófila acusada de estar ao serviço da Alemanha para evitar a beligerância de Madrid. Em Portugal, o ABC era o jornal estrangeiro mais lido, penetrando sobretudo no campo monárquico e católico acusado de germanofilia. Era também lido nos meios militares hostis a uma participação na guerra e acabou por isso proibido em Portugal. A sua atitude perante a política interna e externa revelava um propósito claro: impedir a beligerância de Portugal. O seu discurso, através dos seus correspondentes, analisava criticamente os objectivos, a estratégia e a capacidade financeira e militar de Portugal para participar na contenda mundial ao lado dos aliados.

Palavras-chave: germanofilia, grande guerra, ABC, propaganda, iberismo

GERMANOPHILIA IN
PORTUGAL DURING THE
FIRST WORLD WAR: THE
CASE OF THE MADRID
NEWSPAPER ABC

In the conflict between alliedophiles and germanophiles, which occurred in Europe during the Great War, press played a central role in the cultural ideological debates. The ABC, from Madrid, was part of the germanophile press accused of servicing Germany to avoid Madrid entering the War. In Portugal, the ABC was widely read, especially by the monarchical and catholic faction, accused of germanophilia. It was also read by the militaries that were against the Portuguese participation in the War, so it was forbidden in Portugal. Its position concerning both internal and external affairs revealed a clear goal: to prevent Portugal's belligerency. Its speech, through its correspondents, critically analyzed the goals, the strategy and Portugal's financial and military capacity to participate in that worldwide conflict alongside the Allies.

Keywords: germanofilia, Great War, ABC, propaganda, Iberism

GERMANOPHILIE AU
PORTUGAL PENDANT LA
GRANDE GUERRE: LE CAS
DU JOURNAL ABC,
DE MADRID

Dans le conflit entre partisans des alliés et germanophiles qui a eu lieu en Europe pendant la Grande Guerre, la presse a eu un rôle central dans les débats culturels et idéologiques. L'ABC de Madrid intégrait le groupe de la presse germanophile accusée d'être au service de l'Allemagne pour éviter la belligérance de Madrid. Au Portugal, l'ABC était le journal étranger le plus lu, pénétrant surtout dans le camp monarchique et catholique accusé de germanophilie. Il était également lu dans les milieux militaires hostiles à une participation à la guerre et a donc fini interdit au Portugal. Son attitude face à la politique interne et externe révélait un objectif clair : empêcher la belligérance du Portugal. Son discours, par le biais de ses correspondants, analysait de manière critique les objectifs, la stratégie et la capacité financière et militaire du Portugal pour participer au conflit mondial du côté des alliés.

Mots clés: germanophilie, grande guerre, ABC, propaganda, ibérisme

1. Introdução

A Grande Guerra dividiu a sociedade portuguesa em intervencionistas e anti-intervencionistas. O campo favorável à beligerância incluía os republicanos do Partido Democrático e, mais tarde, do partido evolucionista, além da intelectualidade republicana; no campo contrário militavam os republicanos moderados e independentes, próximos de Brito Camacho e Machado Santos, o grupo socialista, o movimento anarco-sindicalista e, finalmente, o mundo conservador representado pelos monárquicos e pelos católicos.¹ O conflito agravaria as tensões político-sociais em torno da República, na medida em que as questões de política interna e política externa se misturaram de forma dramática e exacerbada. A declaração de guerra da Alemanha, em Março de 1916, agravou as tensões político-sociais, provocando uma aliança improvável entre os republicanos da União Republicana e os adversários da República.² Paradoxalmente, congregavam-se anti-intervencionistas aliadófilos, que admitiam a guerra para defesa das colónias, com germanófilos por convicção ou simples oportunismo³. O campo beligerante atacava o campo oposto, lançando-lhe o labéu de germanofilia e de antipatriotismo. Para os radicais, eram germanófilos todos os que se opunham ao esforço de guerra, facto que agravaria a crispação política e a divisão no seio da família republicana. Seguindo este critério, eram «germanófilos» partidos, movimentos e personalidades que eram abertamente aliadófilos, como eram os unionistas, os socialistas e alguns monárquicos.

Espanha, ao contrário de Portugal, declarou imediatamente a neutralidade através de uma declaração do primeiro-ministro Eduardo Dato, a 30 Julho de 1914. Apesar disso, a sociedade espanhola acabou dividida por uma encarniçada luta entre germanófilos e aliadófilos, e o país transformou-se num campo de batalha para as potências beligerantes, em especial Alemanha, Inglaterra e França.⁴ No centro dessa campanha aguerrida, cerzida em torno da propaganda e da contra-propaganda, a imprensa apressou-se a escolher um campo, a entrar em guerra pelas ideias.⁵ A imprensa era essencial ao esforço de guerra como instrumento de propaganda porque o soldado e o cidadão eram uma só pessoa: era preciso explicar e convencer a opinião pública da necessidade da guerra. A contra-propaganda, por seu lado, podia ser usada para estimular a beligerância num país, aumentar a moral das tropas em combate ou atacar a motivação do inimigo.⁶

¹ Cf. FRAGA, Luís Alves de – *Do intervencionismo ao sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra na 1ª República: 1916-1918*. Coimbra: IUC, 2010. 418 p., 978-989-26-0184-7; SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-revolução em Portugal (1910-1919)*. Coimbra: IUC, 2010. 511 p. ISBN 978-989-26-0076-5; SAMARA, Maria Alice – *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002. 226 p. ISBN 972-46-1426-3.

² Cf. MENESES, Filipe Ribeiro de – *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000. 334 p, ISBN 972-762-198-8.

³ SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-revolução...* pp. 320 e ss.

⁴ Leia-se CORDERO, Maximiliano Fuentes – *España en La Primera Guerra Mundial. Una movilización cultural Madri*. Madrid: Akal, 2014. 240 p., 978-84-460-3942-6.

⁵ RODRÍGUEZ-MORANT, Inmaculada – “La Gran Guerra en la revista La Esfera (1914-1931): ¿Información, opinión o propaganda?”. *Revista de Historiografía*. Madrid: uc3m. e ISSN: 2445-0057. N.º 24 (2016).

⁶ PADDOCK, Troy R. E. [et al.] – *A Call to Arms: Propaganda, Public Opinion, and Newspapers in the Great War*. Westport CT: Praeger (2004).

Como instrumento de contra-propaganda, a imprensa era por isso alvo da política de guerra dos governos e da diplomacia dos países beligerantes. É conhecido o esforço dos aliados e da Alemanha para ganhar a batalha da contra-propaganda em Espanha, no sentido de influenciar as elites e o centro de decisão política. Para a Inglaterra, e especialmente para a Alemanha, por causa da questão de Marrocos, tratava-se, pelo contrário, de evitar que Espanha rompesse a neutralidade para se coligar com o inimigo.⁷

A posição de Portugal e Espanha perante a guerra acicatou a intervenção da opinião pública. É sabido como a imprensa procurou, com pouco sucesso, interferir nas decisões políticas de Lisboa e Madrid⁸. A historiografia demonstrou entretanto que a imprensa favorável ao campo germanófilo espanhol procurou influenciar a opinião pública em Portugal para evitar a beligerância.⁹ A retórica política dos germanófilos iluminou a imprensa com uma releitura do ideal iberista, prenhe de novas propostas, no quadro de uma política externa agressiva que devia incluir Portugal.¹⁰ Os órgãos dessa campanha ideológica incluíam os jornais diários *ABC*, de Madrid, o *La Tribuna*, *El Debate*, *El Correo Español* e *El Mundo*, entre outros. A campanha açodou a reação portuguesa, das autoridades e da imprensa republicana do partido guerrista. Em 1917, o deputado evolucionista Eduardo de Sousa denunciava no parlamento a incapacidade da censura para impedir a circulação de vários jornais espanhóis que traziam “notícias desagradáveis e graves talvez propositadamente para circularem em Portugal, visto que não era permitido que elas circulassem na imprensa portuguesa”. O deputado acusava os jornais *ABC*, de Madrid, *La Tribuna*, *El Correo Español* e *El Mundo* de promoverem “campanhas” contra Portugal e de fazerem no país a propaganda germanófila.¹¹

Entre os jornais germanófilos contestados pontificava o *ABC*, de Madrid. Alvo da fúria republicana, o *ABC* tinha leitores ávidos no campo monárquico-católico e entre os conspiradores. O propósito deste artigo é compreender o lugar do *ABC* na luta pela opinião pública em Portugal, tendo como pano de fundo o conflito entre germanófilos e aliadófilos. Considerando que o principal objectivo do *ABC*, como aliás da imprensa germanófila, visava impedir a beligerância de Portugal, importa decifrar os liames que a prendiam aos projectos de ressurgimento de Espanha e a uma eventual pressão da Alemanha. E finalmente, perceber a sua ligação ao campo germanófilo português, protagonizado pelo mundo conservador de católicos e monárquicos que, com excepções, como aconteceu com D. Manuel, exilado em Londres, era geralmente antiguerrista.

⁷ CORDERO, Maximiliano Fuentes – “Germanofilia y neutralistas: proyectos tradicionalistas y regeneracionistas para España (1914-1918)”. *Ayer Revista de Historia Contemporánea*. ISSN Electrónico: 2255-5838. N.º 91(2013) p. 65.

⁸ Cf. GÓMEZ, Hipólito de la Torre – *Na Encruzilhada da Grande Guerra. Portugal-Espanha 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. 267 p. ISBN 972-33-1351-0.

⁹ ROSENBUSCH, Anne – “Guerra Total en territorio neutral: Actividades alemanas en España durante la Primera Guerra Mundial”. *Hispania Nova*. uc3m. ISSN 1138-7319. N.º 15 (2017).

¹⁰ GÓMEZ, Hipólito de la Torre – *Ob. cit.*, 97-196; FERREIRA, Paulo Bruno Rodrigues – *Iberismo, hispanismo e os seus contrários: Portugal e Espanha (1908-1931)*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2016. Tese de doutoramento.

¹¹ Diário da Camara dos Deputados, sessão de 31.05.1917, p. 11.

2. O *ABC* e a imprensa germanófila espanhola

A guerra favoreceu o desenvolvimento de uma comunicação de massas em Espanha, em que aliadófilos e germanófilos disputaram a influência da opinião pública. A intelectualidade arvorou, na sua maioria, a causa dos aliados. A opinião pública conservadora apoiou as potências centrais.¹² A mobilização cultural dos espanhóis explica-se pelo facto de a Grande Guerra favorecer a emergência de um projecto regenerador, necessário para sacudir a crise de abatimento provocada pela crise de 1898. Para os progressistas, onde militava Miguel Unamuno e parte da geração de 98, francófila, a vitória dos aliados constituía uma oportunidade de modernização política e ideológica de Espanha¹³. José Maria Salaverria, que acusou a intelectualidade de se ter “desprendido de la realidad”, explicava no *ABC* o que dividia aliadófilos e germanófilos para refutar a acusação de que os últimos se tinham “vendido”. Para os germanófilos, escrevia Salaverria, a Alemanha significava “ambiçào”, “progresso” e “porvir”, enquanto “o espírito latino, no momento, seria fatal para o mundo se predominasse”.¹⁴

A simpatia pela Alemanha era muito forte na corte, incluía a aristocracia, o exército, a igreja católica e o belicoso carlismo¹⁵. Admirava-se a cultura alemã ancorada no seu génio científico e tecnológico, vista como símbolo do progresso do século xx, tal como a França o fora no século xviii e a Inglaterra no século xix¹⁶. Para o campo germanófilo, porém, a simpatia alemã era indissociável do projecto colectivo de ressurgimento espanhol. Uma nova era de prosperidade, associada a uma política de engrandecimento político e cultural, dependia de uma vitória da Alemanha, símbolo da força e da vontade. A intelectualidade germanófila, que incluía personalidades como Juan Vasquez de Mella (1861-1928)¹⁷, Vicente Gay (1876-1949)¹⁸ ou o próprio José Maria Salaverria, entre outros, sonhava recuperar para Espanha o estatuto de potência europeia, sonho que dependia de uma vitória das potências centrais. Eram sonhos de grandeza que arrastavam projectos de expansionismo no novo quadro geopolítico do pós-guerra. Para os mais radicais, uma política imperialista exigia uma política externa agressiva em Marrocos, Portugal, “la primera presa que tendríamos que devorar», e o Norte de África”.¹⁹ A concretização dessa política postulava uma união federalista com Portugal e a reconquista de Gibraltar à Inglaterra e, finalmente, uma confederação com os Estados Unidos da América do Sul²⁰. Para os mais moderados, o iberismo oferecia outras vias, de natureza mais espiritual ou cooperativa, que não ameaçavam a soberania de Portugal.

¹² SALAVERRIA, José Maria – “Explicación de la germanofilia”. *ABC*, 12.03.1916, p. 6.

¹³ CORDERO, Maximiliano Fuentes – *Germanofilia y neutralistas...*, p. 64.

¹⁴ *ABC*, 12.03.1916, pp.3-6.

¹⁵ ALONSO, Gregorio – “Afectos caprichosos”: Tradicionalismo y germanofilia en España durante la Gran Guerra”. *Hispania Nova*, ISSN 1138-7319. n.º 15 (2017), p. 394-41.

¹⁶ *ABC*, 24.09.1915, pp. 5-6.

¹⁷ *El Ideal de España. Los tres dogmas nacionales*. Discurso pronunciado en el Teatro de la Zarzuela de Madrid el día 31 de mayo de 1915. Imp. Clásica Española. Madrid, 1915.

¹⁸ *El imperialismo y la guerra europea: los principios nacionalistas y el iberismo*, F. Beltran, 1915.

¹⁹ *España ante la Guerra. Discurso de Manuel Azana. Obras Completas*. Mexico: Oasis, 1966, vol. I, p. 154.

²⁰ Cf. CORDERO, Maximiliano Fuentes – “Imperialismo e Iberismo en España: Perspectivas regeneradoras frente a la Gran Guerra”. *Historia y Política*. Madrid. n.º 33(2015) pp. 21-48.

O tom de polémica e exaltação entre os dois campos, aliadófilo e germanófilo, pode deduzir-se da síntese com que o jornalista *Luis Araquistáin* cunhou a conjuntura de guerra: *la arqueología del odio*.²¹ No campo aliado filiavam-se os liberais, os republicanos e todos a casta de progressistas de esquerda, tendo como imprensa os jornais *El País*, *El Imparcial*, *El Sol* e *El Liberal*, entre outros. No campo germanófilo, dominante, pontificavam os jornais *ABC*, *La Tribuna*, *El Debate*, *EL Correo Español*, *El Mundo*, *El Día*, *El Universo* e *La Correspondencia Militar*.²² A influência da Alemanha no conjunto na imprensa espanhola foi muito discutida em 1916, depois de denunciada por Luis Araquistáin, correspondente do *El Liberal*, num artigo publicado no *Daily News*. Escreveu Araquistáin que “Los dedos de una sola mano pueden servir para contar los periódicos diarios que no han sido comprados en Madrid”.²³ A historiadora Anne Rosenbusch demonstrou já a existência de uma política alemã para controlar a elite espanhola e garantir a neutralidade de Madrid. Consequentemente, tratava-se de dominar a imprensa. Durante o conflito, cerca de 500 jornais espanhóis, em especial a imprensa da direita conservadora, estariam nas mãos das potências centrais. Os mais lidos eram o *ABC*, o maurista *La Accion*, o carlista *el Correo Español*, os católicos *El Debate* e *El Universo* e os conservadores *La Tribuna* e *La Nación*, estes dois supostamente vendidos ao “ouro alemão”.²⁴

A propaganda alemã estimulou então as ambições territoriais de Espanha em Marrocos, Gibraltar e Portugal. Não podemos esquecer os apetites anexionistas de Afonso XIII depois da instauração da República em Portugal. Essa hipótese foi analisada pela Inglaterra, em 1914, período em que Londres avaliou as vantagens de uma aliança com Madrid em detrimento de Lisboa.²⁵ Em 1914 e depois 1916, após a declaração de guerra, Berlim abriu as portas a uma intervenção de Espanha em Portugal²⁶. A recusa de Madrid teve como consequência o recrudescimento da campanha germanófila no sentido de açodar o descontentamento da opinião pública espanhola: “Portugal’s entry into the war on the side of the Entente in March 1916 must have certainly played an important part in the decision to pursue a more aggressive campaign in Spain. Germany could not risk losing another neutral state to the Allies”.²⁷ O correspondente do *Temps* em Madrid testemunhou essa campanha, escrevendo que a beligerância portuguesa causou “alarme” em Espanha e que a Alemanha teria precipitado os acontecimentos para criar dificuldades entre os dois países ibéricos. A imprensa teve uma importância nuclear nesse processo de sedução da opinião pública, atacando a

²¹ GUÉGO, Christine Rivalau – “Mientras en Europa Mueren. La neutralidad a prueba de fuego”. Monteagudo. Murcia. ISSN electrónico: 1989-6166. 3ª época, nº 19 (2014), p. 115.

²² Cf. BARREIRO, Cristina – “La Prensa Española ante la Primera Guerra Mundial”. *Arbil*. Zaragoza. ISSN 1697-1388, nº 78.

²³ *ABC*, 26.01.1916, p. 11.

²⁴ Cf. ROSENBUSCH, Anne – art. cit., p. 364; CORDERO, Maximiliano Fuentes – *Germanofilia y neutralistas...*, pp. 64; CAMBRA, Ubaldo Cuesta; HERRERO, Sandra Gaspar – “La I Guerra Mundial y los orígenes de la Teoría de los Efectos. El caso de aliadófilos y germanófilos”. *Historia y Comunicación Social*. Madrid: ISSN-e 1988-3056, Vol. 18 (2013), p. 133.

²⁵ TELO, António José – *Primeira República I. Do sonho à Realidade*. Lisboa: Editorial Presença, 2010. p. 279-282.

²⁶ GÓMEZ, Hipólito de La Torre – *Ob. cit.*, p. 152.

²⁷ ROSENBUSCH, Anne – *Ob. cit.*, p. 356.

legitimidade da beligerância, como denunciava a *Capital*: “Esses jornais dedicam-se a censurar em termos ofensivos a conducta de Portugal indo até insinuar que é só o «oiro inglez» que guia esta. O «oiro inglez». Os germanophilos hespanhois teem a audácia de falar em tal quando se sabe com que impudência os allemaes fazem a sua propaganda em paizes neutros!”.²⁸

No centro da campanha germanófila espanhola encontrava-se o *ABC*, de Madrid. Nascido em 1903, sob a direção de Torcuato Luca de Tena, o jornal foi inovando no formato, no grafismo e na ruptura com o jornalismo político, promovendo o jornalismo empresarial.²⁹ No plano ideológico, o grupo reflectia uma visão liberal-conservadora, monárquica, tendo como público a aristocracia, a grande burguesia, parte do exército e parte da burguesia reacionária das províncias.³⁰ Quando irrompeu a guerra, em 1914, o *ABC* apressou-se a declarar apoio à neutralidade oficial de Madrid. A generalidade da historiografia, porém, não tem dúvida em afirmar que o *ABC* foi um dos primeiros jornais germanófilos, por “afinidade ideológica”.³¹ Acusado pelos coevos de germanofilia, Luca de Tena defendeu a imparcialidade do periódico invocando uma política editorial ecléctica. Intelectuais como Alberto Insúa (Paris), Azorín (Londres) e Manuel Bueno expressavam nas páginas do *ABC* o campo aliadófilo.³² O escritor Afonso Vidal y Planas³³, que se refugiou em Portugal em 1916, traçou no jornal *O Mundo* um curioso perfil ideológico do *ABC*:

“O *ABC* só tem interesse em vender muitos milhares de exemplares. (...) O *ABC* declarou-se germanófilo sem deixar de ser às vezes francófilo, e quando lhe parece conveniente, neutral. E enquanto os aliadófilos compram El Liberal, e os germanófilos EL Correo Español, por exemplo, todos os espanhóis compram o *ABC*, os germanófilos por ser germanófilo, os aliadófilos por ser também às vezes aliadófilo, e os neutrais, por ser além de tudo isso, neutral”.³⁴

Este eclectismo ideológico pode explicar as tiragens do *ABC* e, por extensão, a sua influência na opinião pública espanhola: com uma tiragem média de 176 mil exemplares em 1915, chegaria a atingir por vezes os 200 mil exemplares.³⁵ Essa influência em Espanha foi testemunhada pelo artista Leal da Câmara, que em 1916 viajou para Espanha com o intuito de avaliar o sentimento dos espanhóis em relação à

²⁸ *A Capital*, 21.03.1916, p. 1.

²⁹ PÉREZ, Fernando Toribio – *ABC en Vocento: La Integración de un diario centenario en un grupo multimedia de comunicación*. Sevilla: Universidade de Sevilla, Trabajo Fin de Máster, 2011. pp. 51-52. Incluía outras publicações periódicas, como as revistas *Blanco y Negro*, *Cultural* e os jornais *ABC* de Sevilla e *ABC* de Córdoba.

³⁰ *Ibidem*, p. 53.

³¹ CAMBRA, Ubaldo Cuesta; HERRERO, Sandra Gaspar – cit., p. 132.

³² BARREIRA, Cristina – cit., p. 8. O escritor Alberto Insúa, aliadófilo, confirma o eclectismo do jornal. Cf. Santiago Fortuño Llorens – “Alberto Insúa, del folletín a corresponsal de guerra (1915-1917)”. *Cuadernos Hispanoamericanos*. Madrid. ISSN 0011-250X. N.º 778 (2015) p. 95.

³³ Cf. BARREIRO, Javier – *Cruces de Bohemia. Vidal y Planas, Noel, Retana, Gálvez, Dicenta y Barrantes*. Saragoça: Unaluna Ediciones, 2001. 978-8492268337. 224 p.

³⁴ *O Mundo*, 2.03.1016, p. 1.

³⁵ PÉREZ, Fernando Toribio – art. cit., p. 53.

A participação dos estudantes no ERASMUS
a conceção europeia à implementação nas universidades

The participation of Portuguese students
in ERASMUS

From its European conception
to its implementation in universities*

Alice Cunha
Yvette Santos

Alice Cunha, Investigadora do Instituto de História Contemporânea. Email: alice.cunha@fcsh.unl.pt

Yvette Santos, Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Email: yvettedossantos@gmail.com.

* This work is funded by national funds through FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia under the project UID/HIS/04209/2013

https://doi.org/10.14195/1647-8622_18_5

A PARTICIPAÇÃO DOS
ESTUDANTES NO ERASMUS:
DA CONCEÇÃO EUROPEIA
À IMPLEMENTAÇÃO NAS
UNIVERSIDADES

O Programa ERASMUS, criado em junho de 1987, tem sido considerado como um dos programas europeus de educação mais popular, na medida em que favorece a mobilidade científica de milhares de estudantes. Dada a relevância do ERASMUS na construção de uma Europa do conhecimento, pretendemos, com este artigo, analisar a importância do ERASMUS para Portugal desde a sua implementação. O estado da arte nacional sobre o assunto não é exaustivo. Apesar de a investigação sobre mobilidade estudantil a nível europeu, com enfoque no ERASMUS, ter uma expressão relevante – sendo inclusive difícil de a resumir dada a diversidade de estudos –, esta não é, contudo, acompanhada a nível nacional, uma vez que os trabalhos existentes sobre o país são sobretudo dissertações de mestrado, de índole qualitativa, muito suportadas por entrevistas a antigos estudantes ERASMUS e sobre os últimos anos do Programa. Neste sentido, neste artigo de fundo, além de identificarmos as principais etapas que levaram à instauração do Programa e de evidenciarmos os contornos da aplicação do ERASMUS em Portugal, pretendemos sobretudo analisar a tendência participativa dos estudantes portugueses do primeiro ciclo universitário (os chamados *outgoings*), desde 1987 a 2014, ano em que iniciou o ERASMUS+.

Palavras-chave: ERASMUS, mobilidade estudantil, Portugal, União Europeia

THE PARTICIPATION OF
PORTUGUESE STUDENTS
IN ERASMUS: FROM ITS
EUROPEAN CONCEPTION
TO ITS IMPLEMENTATION
IN UNIVERSITIES

The ERASMUS Programme, established in June 1987, is considered one of the most popular European education programmes as it favours the academic mobility of thousands of students. Given the importance of ERASMUS in building a Europe of knowledge, this article aims to analyse the importance of ERASMUS to Portugal since its implementation. The state of the art on the subject is not exhaustive. Although much research on student mobility with a focus on ERASMUS at the European level has been undertaken – albeit difficult to summarise given the diversity of studies – Portuguese literature has not kept pace since existing studies are mainly Masters dissertations of a qualitative nature, supported by interviews with former ERASMUS students and covering the recent years of the Programme. Bearing this in mind, this article, in addition to identifying the main stages that led to the establishment of the Programme and highlighting the contours of its implementation in Portugal, seeks to analyse the participatory trends of Portuguese students attending the first university cycle (the so-called *outgoings*) from 1987 to 2014, the year ERASMUS+ started.

Keywords: ERASMUS, student mobility, Portugal, European Union

LA PARTICIPATION DES
ÉTUDIANTS À ERASMUS: DE
LA CONCEPTION
EUROPÉENNE À LA MISE EN
ŒUVRE DANS LES
UNIVERSITÉS

Le Programme ERASMUS, créé en juin 1987, est considéré comme l'un des programmes européens d'éducation les plus populaires dans la mesure où il favorise la mobilité scientifique de milliers d'étudiants. Compte tenu de l'importance du Programme dans la construction d'une Europe de la connaissance, nous souhaitons, dans cet article, analyser l'importance d'ERASMUS pour le Portugal depuis sa mise en œuvre. L'état de l'art national sur ce thème n'est pas exhaustif. Bien que la recherche sur la mobilité des étudiants au niveau européen, en particulier sur ERASMUS, ait une expression importante – il est d'ailleurs difficile de la résumer compte tenu de la diversité des études – elle n'est cependant pas suivie au niveau national, car les travaux existants sur le pays sont surtout des dissertations de master, à caractère qualitatif, réalisés sur la base d'entretiens d'anciens étudiants ERASMUS et sur les dernières années du Programme. De ce fait, nous prétendons identifier les principales étapes qui ont amené à l'instauration du Programme et mettre en évidence les différents aspects de son application au Portugal. D'autre part, nous allons analyser la tendance participative des étudiants portugais du premier cycle universitaire (les *outgoings*) de 1987 jusqu'en 2014, lorsque s'initie le Programme ERASMUS+.

Mots clés: ERASMUS, mobilité étudiante, Portugal, Union Européenne

The history of the construction of Europe is the sum of many narratives, policies, actors and programmes; and universities and their students also have a place in this same history. In relation to the latter in particular, the 1980s gave rise to the idea that universities might well be considered a means to create a stronger European identity with student mobility seen as an instrument to achieve this. This then became the target for some “rare political promotion”¹ that was reflected particularly in the creation of the ERASMUS Programme, which now, some thirty years after its inception, has become the most well-known, the most popular and the most emblematic programme² of the present-day European Union (EU).

Unlike the general European panorama where research on student mobility with a focus on ERASMUS is fairly abundant, the state of the art in Portugal is relatively incipient and consists primarily of Masters dissertations of a qualitative nature, mainly supported by interviews with former ERASMUS students and covering the last few years of the Programme³. The reason for this could be, in our opinion, that the quantity

¹ PAPATSIBA, Vassiliki – «Political and Individual Rationales of Student Mobility: a case-study of ERASMUS and a French regional scheme for studies abroad». *European Journal of Education*. Chichester: Wiley. ISSN 0141-8211. Vol. 40, No. 2 (2005) p. 173.

² TEICHLER, Ulrich (ed.) – *Erasmus in the Socrates Programme. Findings of an Evaluation Study*. Bonn: Lemmens Verlags & Mediengesellschaft mbH, 2002. ISBN 3-932306-41-4.

³ VIEIRA, Maria Manuel – «Das disposições cosmopolitas à mobilidade como competência? Ensino superior, Programa Erasmus e mobilidade estudantil». In *Revista Educação em Foco*, Ano 18, n.º 26, 2015. pp. 15-42; COSTA, Lara Sofia de Sousa Barbosa e Dias - *Os Gabinetes de Relações Internacionais e o seu contributo para a promoção da Internacionalização do Ensino Superior: o Caso do GRI da ESEC*. Coimbra: Superior de Educação de Coimbra, 2015. Dissertação de Mestrado em Marketing e Comunicação; MONTEIRO – Anabela Figueiredo Machado – *A mobilidade académica europeia e o turismo educativo e cultural: Fatores de decisão e de motivação*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2014. Tese de Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura; CAROÇO, Inês Raquel Freixo – *Sexualidade, Amor e Cosmopolitismo no Programa Erasmus*. Lisboa: FCSH, 2014. Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-Etnicidades e Transnacionalismo; GOUVEIA, Regina [et. al.] – «A importância das TIC na integração/inclusão de alunos ERASMUS em institutos politécnicos». In *Atas do XII Congresso da SPCE*, 2014, pp. 979-991; TRANFAGLIA, Ludovica – *O desafio para o multilinguismo: o projecto Erasmus*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014. Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa; SILVA, Sandra Isabel Costa – *Saudades de casa e estratégias de adaptação em estudantes em mobilidade internacional: determinantes e consequências*. Lisboa: Faculdade de Psicologia, 2013. Dissertação de Mestrado em Psicologia; LEMOS, Sofia Maria dos Reis Ferreira Correia – *O Programa Erasmus na Universidade da Beira Interior (UBI)*. Covilhã: UBI, 2012. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais; BOA-VENTURA, Ana Cecília de Oliveira Gândara - *O Impacto da Comissão Europeia nas Dinâmicas de Mudança no Ensino Superior da UE*. Coimbra: Faculdade de Economia, 2012. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais; DALCIN, Vânia Leticia – *A mobilidade dos estudantes universitários: contribuição para o desenvolvimento da interculturalidade*. Lisboa: Instituto de Educação, 2011. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação; JORGE, Ana Patrícia Gaspar – *Erasmus abrindo a porta ao(s) mundo(s): percepções e expectativas de estudantes Erasmus na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2010. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação (Pedagogia Universitária); ANDRADE, José Romão Costa - *A Universidade e o seu contributo para o desenvolvimento da União Europeia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2010. Tese de Doutoramento em Ciência Política; GONÇALVES, Ramiro José Henriques Pinto Ribeiro – *ERASMUS: Uma experiência para toda a vida*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 2009. Dissertação de Mestrado em Psicologia; ALBUQUERQUE, Alexandra; CARVALHO, Milena e BARROS, Teresa – «Can ERASMUS mobility really help crossing borders? The in and out of a case-study». [S.l.]: SPACE, Higher Education Press, 2008; LOURO, Lília Maria Gonçalves – *A mobilidade de estudantes no Espaço de Ensino Superior*

and quality of the data is not well balanced for all the phases of the Programme together with the fact that consultation of primary sources, both institutional and administrative, is still not available⁴.

The process by which the European mobility programme was designed and consolidated went through various stages and many alterations were made in order for a European consensus to be reached at the end of the 1980s. In fact, in 1957 when the Treaty of Rome, which led to the constitution of the European Economic Community, was signed, cooperation at the level of Education was not one of the concerns of the signatory-States even though vocational training was envisaged. This state of affairs gradually changed and advances in this area were made, driven first by the political will of the Member States and later by the conclusions reached by several studies⁵. These were all convergent on the idea that there should be greater integration in education through the promotion of student mobility, inter-university cooperation and recognition of higher education diplomas.

Even then, the decisive step would only be taken in the mid-1980s with the adoption of the ERASMUS (*European Community Action Scheme for the Mobility of University Students*) Programme⁶ on 15 June 1987. However, this continued not to find favour with all the Member States as bringing education into the sphere of community competences was not on the agenda, nor in the interests of many of them. This reticence existed in spite of the fact that the principal objective of the Programme went far beyond the scope of education since the aim was that it would serve as an instrument to stimulate the process of European integration by strengthening integration among Europeans, who should recognise the cultural heritage and common values shared by the different European countries.

Europeu como forma de construção de uma identidade europeia. Estudo de caso da Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade Aberta, 2007. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais; PINHO, Maria de Fátima Duarte de Almeida – *Mobilidade transnacional e competências profissionais: Um estudo de caso com alunos envolvidos no Programa Erasmus.* Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Educação e Desenvolvimento.

⁴ As is the case for the documentation held by the Ministry of Education and the ERASMUS+ National Agency.

⁵ EUROPEAN COMMISSION – «For a Community policy on education. Report by Henri Jannes». Bulletin of the European Communities [online] Supplement 10/73. [Consulted 25 September 2017]. Available at: <<http://aei.pitt.edu/5588/1/5588.pdf>>; COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES - «L'éducation dans la Communauté européenne». Bulletin des Communautés européennes, supplément 3/74. Luxembourg: Office des Publications Officielles des Communautés Européennes, 1974; EUROPEAN COMMUNITIES. COMMISSION – «Report on European Union. Report by Mr Leo Tindemans, Prime Minister of Belgium, to the European Council». Bulletin of the European Communities, Supplement 1/76, Bruxelles: European Communities, 1976; EUROPEAN COUNCIL - «Ad Hoc Committee 'on a people's Europe'. Report to the European Council». Milan: European Council, 1985, A 10.04 COM 85, [online] [Consulted 25 September 2017]. Available at: <https://www.ombudsman.europa.eu/en/resources/historicaldocument.faces/en/4659/html.bookmark>.

⁶ Decision of the Council of 15 June 1987 which adopts the community action programme in the matter of student mobility (ERASMUS) (87/327/CEE). On the history of ERASMUS, consult: PAOLI, Simone – *Il sogno di Erasmo. La questione educativa nel processo di integrazione europea.* Milano: Franco Angeli, 2010. ISBN 978-88-56-82434-6.

Over the last thirty years, since the moment it was created, the ERASMUS Programme has known various different phases, all of which reflect its constant evaluation and the search to optimise it. In the initial phase up to 1995, a period that saw new countries joining, two objectives guided the Programme: on the one hand, the promotion of student mobility, and on the other, the strengthening of university cooperation among European Union countries. In parallel, there were also other programmes that enhanced student mobility in specific areas of study. One such programme was the LINGUA Programme that was reserved for language students and teachers who wished to improve their language level through a stay abroad.

In 1995, the ERASMUS Programme was officially integrated into the SOCRATES I Programme, which centralized the various mobility programmes offered by the EU and in particular the LINGUA programme mentioned above. In an attempt to embrace various areas, it sought to encourage student and teacher mobility, develop curricula and intensive programmes, and create the European Credit Transfer System (ECTS). During this phase, the Programme was extended to the countries of Central and Eastern Europe, among which Poland and the Czech Republic. Shortly afterwards, in the year 2000, a new seven-year programme was started. Influenced by a desire to strengthen the internationalisation of European universities, SOCRATES II (2000-2007) was defined by its effort to reform higher education, characterised by standardising it through the Bologna process, and by its promotion of both learning and lifelong learning. During the period when it was in force, SOCRATES II was further extended to include other European countries, including Turkey, so that in 2002 there were already thirty participating countries.

Finally, between 2007 and 2014, the Lifelong Learning Programme (LLP) – whose basic premise, as the name itself indicates, was learning throughout one's lifetime – included ERASMUS as one of its sectorial programmes. Like the previous programmes, the aim of this one continued to be to promote cooperation, exchange and mobility among European universities, but it also included administrative staff working in higher education.

Taking this evolution into account, and although the Programme caters for different types of recipients⁷, this article focuses on the participation of Portuguese students – outgoing students in the Programme's jargon – between the academic years 1987/1988 and 2013/2014, thus covering the four first phases of ERASMUS. By adopting this approach, we seek not only to understand how the Programme was implemented in Portugal over the years, but also to look at it from the perspective of those who directly benefitted from it so as to rank Portugal on the European level as well as to discover what national and university dynamics were associated to it. In concrete terms, we wish to ascertain how many students participated in ERASMUS, what their university of origin was, what destinations were chosen and their reasons for taking part in the Programme as well as the difficulties they encountered.

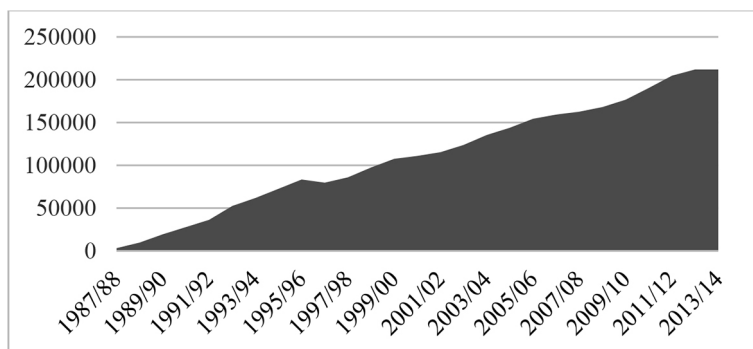
⁷ Higher education institutions, students, teachers, researchers and administrative staff.

Participation trends

Ever since its implementation, ERASMUS has achieved its successive targets and grown in size and impact. During its history, its objectives have been altered and/or complemented, with a view to creating a European “conscience”, developing a European labour market, allowing the transfer of competences and technologies within Europe, and helping students acquire social skills such as independence and intercultural respect and improve their language competences.

Furthermore, the implementation of ERASMUS saw a new era begin in the field of European inter-university cooperation and student mobility. Looking back at the thirty years of the Programme, 3244 students undertook a stay abroad in the first academic year of its implementation while in the academic year 2013/2014 this initial figure increased to 200 000 in an almost uninterrupted rise in the number of participants (Figure 1).

Figure 1 – Total number of outgoing students by academic year, 1987-2014

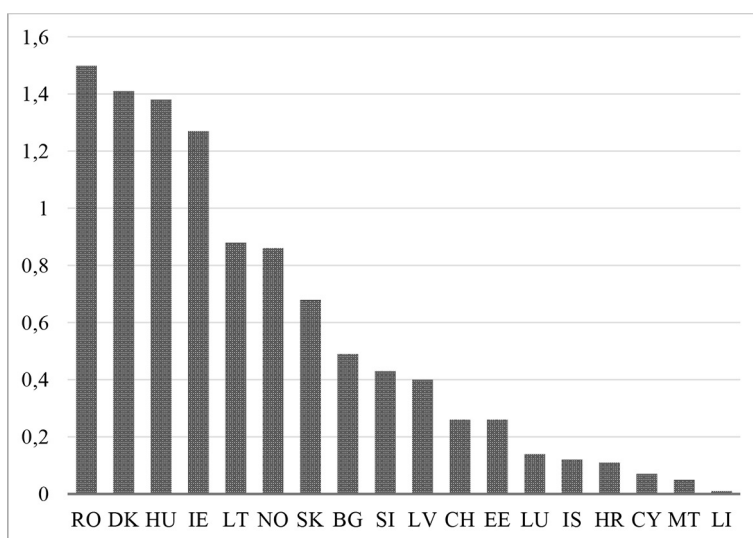
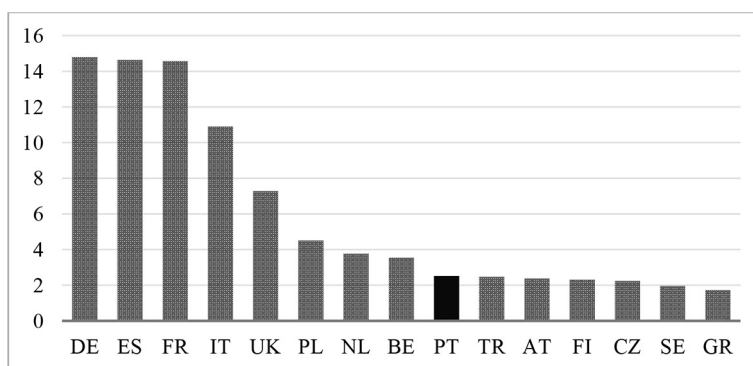


Sources: Calculations based on data collected from EUROPEAN COMMISSION – On the way to Erasmus+.

A Statistical Overview of the Erasmus Programme in 2012-13. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, ISBN 978-92-79-46581-9, pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION – Erasmus. Facts, Figures & Trends. The European Union support for student and staff exchanges and university cooperation in 2013-2014. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015, ISBN 978-92-79-52814-9, p. 31.

From the beginning and until the academic year 2013/2014, Germany stood out as the main sending country, followed by Spain, France, Italy and the United Kingdom. Here Portugal ranks in ninth place among the countries that first adhered to the ERASMUS Programme as can be seen in the figure below.

Figures 2 and 3 – Total number of outgoing students by country of origin (%), 1987-2014



Note: Although not included in the figure above, Liechtenstein recorded a figure of 0.01%.

Legend: AT (Austria); BE (Belgium); BG (Bulgaria); CH (Switzerland); CY (Cyprus); CZ (Czech Republic); DE (Germany); DK (Denmark); EE (Estonia); ES (Spain); FR (France); GR (Greece); HR (Croatia); HU (Hungary); IE (Ireland); IS (Iceland); IT (Italy); LT (Lithuania); LU (Luxembourg); LV (Latvia); MT (Malta); NL (Netherlands); NO (Norway); PL (Poland); PT (Portugal); RO (Romania); SE (Sweden); SF (Finland); SI (Slovenia); SK (Slovakia); TR (Turkey); UK (United Kingdom).

Sources: Calculations based on data collected from EUROPEAN COMMISSION – On the way to Erasmus+..., pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION– Erasmus. Facts, Figures & Trends..., p. 31.

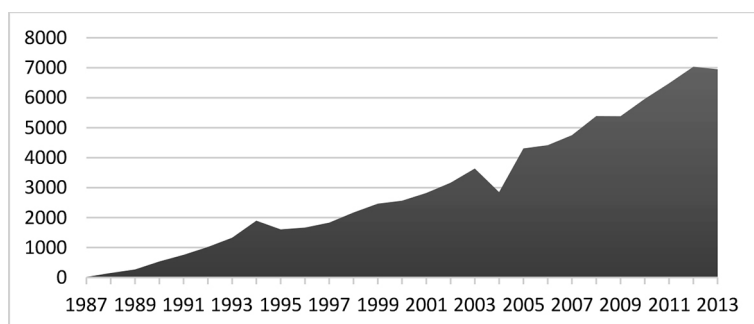
As can be seen above, there was a constant increase in the mobility flow at the European level with the trio Germany-France-United Kingdom remaining from the start of the programme as the main sending and receiving countries. However, whereas

in 1988/89 this trio accounted for 62% of students, within one decade the attraction of these countries had fallen to 49%. Moreover, there was a drop in the number of incoming students in the United Kingdom while Spain (especially) and Sweden became the new large sending and receiving countries as from 1995.

In fact, during the SOCRATES II phase, Spain, France and Germany were the main countries sending and receiving ERASMUS students, followed by Italy and the United Kingdom. For LLP, until 2014 Spain would continue to be the main country providing outgoing ERASMUS students followed by France, Germany, Italy and Poland, countries with the highest number of students in proportion to their respective populations. With the exception of Poland, these countries were also, in parallel, the main receiving countries.

Portugal followed the European trend by showing a steady increase in outgoing students (Figure 4). Although in the first year of the programme Portugal registered only 25 outgoing students, 1609 students participated in the academic year 1995/96 and in 1999/2000 they were already 2472⁸. In 2013 over 7000 Portuguese students left to go on ERASMUS. In this aspect, the highest average growth rate in national outgoing students, around 71.86%, was seen at the time of the Programme's start-up phase between 1987 and 1995, with this figure stabilizing in the following phases at 8.97%, 8.07% and 5.59% for SOCRATES I, SOCRATES II and LLP respectively.

Figure 4 – Year-on-year growth of outgoing Portuguese students, 1987-2014



Source: Calculations based on official data from the ERASMUS+ National Agency.

In 1993, however, departures peaked followed by a slowdown in the years 1994 and 1995, which coincides with the ERASMUS Programme passing over to the SOCRATES I Programme; furthermore, there was a significant drop in numbers of outgoing students in 2004 that might correspond to a year when fewer mobility grants were awarded.

Over the last thirty years, the majority of Portuguese students have chosen as their destination some of the Programme's original countries – Spain, Italy, France, Germany and the United Kingdom – followed by countries in Central and Eastern Europe – Poland and the Czech Republic. Through the web of relationships woven by teachers and researchers, Portuguese universities have developed and maintain

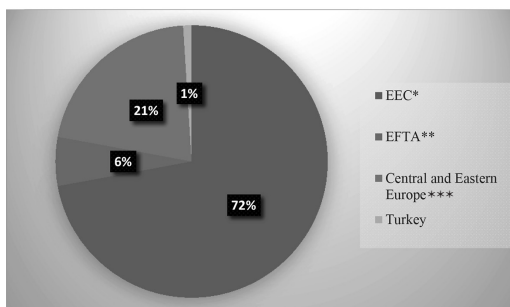
⁸ Data from the ERASMUS+ National Agency.

contact networks with their European counterparts, especially those that have been participating the longest in the Programme, although this network expanded when the Programme was extended to include countries of Central and Eastern Europe at the beginning of the 2000s.

Apart from the importance of university networks, the student's choice of destination country is in response to other factors such as language, the institution's academic quality, geographical distance, climate and also tourism and leisure opportunities; however, despite the EU's financial support, cost of living and geographical proximity continue to be important factors to explain the choice of certain destinations⁹.

In the period 1995/2000, Spain, France and the United Kingdom were the main countries attracting Portuguese students¹⁰. On the other hand, Estonia, Lithuania and Iceland received almost no Portuguese students. The principal reasons that led students to choose Spain as the main destination country would seem to be its geographical proximity, language facility and cultural affinity¹¹. What should also be highlighted is the steady increase in outgoing students going to countries that were former members of EFTA (Sweden and Finland) and to Central and Eastern European countries (Czech Republic, Hungary, Lithuania, Poland, Romania, Slovenia, Slovakia and Latvia) when these countries joined the ERASMUS Programme in 1998/99 to the detriment of France, Germany and the United Kingdom (see Figure 5 below).

Figure 5 – Principal destination country groups for Portuguese students (%), 1995-2014



* EEC: BE, DE, DK, ES, FR, GR, IE, IT, LU, NL, UK

** EFTA: CH, NO, SE, SF, LI, IS

*** Central and Eastern Europe: AT, BG, CY, CZ, EE, LT, LV, MT, PL, RO, SI, SK, HR

Sources: Calculations based on data collected from EUROPEAN COMMISSION – On the way to Erasmus+..., pp. 216-217; EUROPEAN COMMISSION - Erasmus. Facts, Figures & Trends..., p. 31.

⁹ GONZÁLEZ, Carlos Rodríguez, MESANZA, Ricardo Bustillo and MARIEL, Petr – «The determinants of international student mobility flows: an empirical study on the Erasmus programme». *Higher Education*. Local: Editor. ISSN. Vol. 62 (2011) p. 417, p. 427.

¹⁰ The destinations of Portuguese students in the first phase of the programme cannot be accurately ascertained from official national statistics.

¹¹ AGÊNCIA NACIONAL SÓCRATES E LEONARDO DA VINCI - Estudo sobre a Evolução da Acção. Programa Sócrates 2000-2004. Lisboa: Agência Nacional Sócrates e Leonardo da Vinci, 2005. p. 39. No ISBN.

admitia em 1847 que «já não temos objeto que defender, nem inimigo a quem atacar», convidava então: «Cidadãos, toca a ensarilhar armas e a descansar!»¹⁴ De outro modo, mas no mesmo tom, António de Serpa (irmão do dramaturgo e também poeta Serpa Pimentel) declarava, em 1851, no epílogo à leitura das suas *Poesias*, o que considerava já «repetir uma banalidade», isto é que «a época não vai poética» (SERPA 1851: 226).

Com efeito, instalara-se uma «quadra adormecida» onde, segundo ainda acrescentava Lopes de Mendonça em 1852, «nenhum acontecimento notável inspiraria a imaginação dos poetas» (MENDONÇA 1855: 22). E com o fim dessa época, a figura do «poeta» – que para si tomara a missão de *escritor público*, com o objetivo militante de formar uma *opinião pública* de burgueses cultos, proprietários e intervenientes (GARRETT 1990), numa esfera política definida à partida por regras censitárias – esse *poeta* perdeu o seu valor simbólico na segunda metade do século XIX... salva a sobrevivência tardia em Guerra Junqueiro, enfim saudado nos primeiros anos do século seguinte como «profeta da república». O próprio Antero de Quental era, nessa altura, mais «santo» que poeta, representava o «sábio». Enfim, certamente por considerar incapaz de resgatar-se, em fim de século, essa figura visionária do poeta, o Fradique Mendes queirosiano despiu definitivamente a roupagem poética.

A partir de meados de Oitocentos, a atividade dos poetas fixou-se no domínio da língua, do estilo, da retórica, com os seus tratados, polémicas e sociedades de «elogio mútuo»; e, no lugar que outrora o «poeta» ocupara na praça pública, veio a instalar-se na tribuna da imprensa uma outra figura que Camilo Castelo Branco, já em 1849, intuía sarcasticamente destinada a adquirir uma presença duradoura:

O folhetinista é a essência da literatura do século – é a expressão mais simples, quero dizer, é a parte volátil, diáfana, palpitante, que se ergue deste cadinho onde fervem as inteligências ao lume da regeneração intelectual (BRANCO 1924: 474).

A figura do *folhetinista* não constituiu propriamente um estatuto simbólico, certo, mas ajuda-nos a perceber o alargamento do campo intelectual oitocentista e como a corrida à oportunidade de exibição em público, através da crónica social, política ou literária, contribuiu no limite da figura do *publicista* para um «cinismo carreirista» por parte de alguns homens de letras (CHARLE 2001: 161). Não obstante não ser este o lugar para desenvolver a questão, o assalto a uma presença no espaço público derivou de inúmeras causas: antes de mais, a diversidade de formação intelectual, num mundo que até meados do século fora domínio dos homens de leis e passava a ter homens de letras oriundos das novas escolas superiores e técnicas (lentamente saídas das reformas de Passos Manuel), engenheiros de diversas especialidades, médicos, professores, enfim jornalistas, e, já para o último quartel do século, o aumento dos autodidatas de extração pequeno-burguesa que, além de um crescimento das profissões intelectuais, ampliaram o universo das letras e das artes. Neste cenário, o *folhetinista* constituiu uma figura que depressa se confundiu não tanto com o que publicava prosa narrativa (ou a tradução de alheia, que a partir de então também se vulgarizou) como, num sentido mais amplo, com todo aquele que tomou a tribuna da imprensa

¹⁴ [Rodrigues Sampaio: «Editorial»]. *O Espectro*. Lisboa: s.n., 63 (3 jul. 1847).

para se afirmar no espaço público sob a designação genérica de «publicista». Foi o que Luciano Cordeiro identificou quando, em 1869 – num campo intelectual em que cresciam «renomes que todos sabem como se hão feito entre nós, modernamente, tantos e tantos» –, apontou o caso de Pinheiro Chagas como «mediocre romancista, não melhor poeta e detestável crítico» cuja saída estava «no *folhetim* [que] é onde mais distintamente poderá conservar-se.» (CORDEIRO 1869: 234)

Esta foi a época de explosão da imprensa portuguesa: só nas duas décadas finais do século XIX, publicou-se quase 55% dos títulos periódicos criados em toda a centúria; e, se a essas juntarmos as duas décadas imediatamente anteriores, o número de jornais, revistas e outras folhas periódicas criadas entre 1861 e 1900 corresponde a mais de 78% do total publicado nesse século (DIAS 2017). A entrada de Portugal na era mediática situa-se entre 1865 e 1867, quando o número de publicações ultrapassou em média os 50 títulos fundados por ano em todo o país; foi então que surgiram os grandes jornais diários com tiragens de largos milhares e a baixo preço por número, isto é imediatamente posterior à saída do *Diário de Notícias*, em 1865. Esta «era dos jornais», que teve no «império d’O Século» o momento decisivo, foi um fenómeno que se compagina com uma fase de crescimento dos principais centros urbanos, nomeadamente nos níveis de acesso à leitura por parte de uma população que já não era apenas burguesa e tocava as franjas populares no acesso aos objetos de cultura: por volta de 1880, o recenseamento da população urbana portuguesa situada num eixo litoral atlântico registava índices que rondavam 50% dos indivíduos residentes nas cidades com capacidade de leitura (DIAS 2014b: 370-373). Os intelectuais da época acompanharam (ou seguiram) esta explosão da imprensa de massas que lhes permitia um lugar de relevo público, sendo claro que a entrada no vértice superior das elites da época, incluindo a elite do poder, se fez em grande parte pela porta da cultura.

Sem um tipo de intelectual concorrente do «poeta», até então, o «publicista» constituiu uma metamorfose do «escritor público» (DIAS 2014a: 1114-17); adquiriu um novo capital simbólico publicando, com ou sem talento, mas compulsivamente, insistentemente, na imprensa da época e, granjeando desse prestígio público, fez a sua entrada numa ou em várias academias e associações reais, ao mesmo tempo que se acercou das elites políticas e com elas se confundiu e acedeu ao poder¹⁵. Pinheiro Chagas, já que acima falámos nele, foi justamente um dos exemplares típicos desse publicista: com formação na Escola Politécnica de Lisboa, cedo trocou a carreira militar pelo investimento nas letras, cumprindo o percurso do publicista encartado que o conduziu do jornalismo ao caciquismo partidário, ao parlamento em sucessivas legislaturas, finalmente ao ministério na pasta cuja política colonial conduziria ao chamado «*ultimatum* inglês» e, enfim, reconhecido este trajeto eficaz, tornou-se sócio da Academia Real das Ciências e foi elevado ao pariato vitalício. Ordenado nas letras sob protetorado do velho Feliciano de Castilho, Chagas foi justamente o autor do

¹⁵ Exceção, do ponto de vista ético, deve ser feita a casos (poucos) como os de Ramalho Ortigão e Sampaio Bruno, «publicistas» que aliaram (monárquico e tradicionalista, um; o outro, republicano e progressivo) a erudição e o gosto pelas letras, as artes e as ciências ao culto aristocrático da elite. Para além destes, o reduzido número estendeu-se aos que suicidaram, como Antero de Quental ou Trindade Coelho, num mal de século ou, melhor, de fim-de-século demissionário.

Poema da Mocidade, em 1865, que imediatamente despoletou essa revolução intelectual conhecida por *Questão Coimbrã* ou polémica do *Bom senso e bom gosto*.

Ora, a entrada em cena da Geração de 70, para além do vigor crítico e a contun-
dência polémica sobre a decadência ou crise do pensamento, trouxe consigo um
combate ao intelectual instalado em que o homem de letras se convertera; no pano
de fundo de uma querela literária, a si mesma (e longamente no tempo, aliás) se
designou «a geração» – sintoma da necessidade de afirmação (a que a nomenclatura
não era estranha) de uma nova e expurgada elite culta que procurou um novo estatuto
intelectual capaz de substituir a vulgaridade, a banalização e a reprodução de gente e
de valores que representava a «escola do elogio mútuo» dominada pelos «homens de
letras» tradicionais. Desde o começo da polémica que Antero de Quental o afirmou:

O que se ataca na escola de Coimbra [...] não é uma opinião literária menos provada,
uma conceção poética mais atrevida, um estilo ou uma ideia. Isso é o pretexto, apenas.
Mas a guerra faz-se à independência irreverente de escritores, que entendem fazer por
si o seu caminho (FERREIRA; MARINHO 1985: 235).

Passados os anos (brevíssimos) de fulgor do seu aparecimento, a chamada Geração
de 70 (na sua maior parte) rendeu-se *progressivamente* ao «vencidismo», conforme a
sintomática designação de *Vencidos da Vida* que os seus protagonistas a si mesmos se
deram, rodeados de aristocratas de cepa e rodeando o poder num convívio áulico. Por
certo não convencidos, mas vencidos no palco intelectual da época, restou-lhes insistir
na aristocracia do espírito; ao fundar a *Revista de Portugal*, em 1889, Eça de Queirós
insistia nostalgicamente no perfil desse título como revista da «geração», nomenclatura
genérica ou imprecisa de uma elite intelectual a que caberia, no mínimo, um lugar
entre os melhores espíritos europeus.

Dos tempos da «geração», mas sem a ela ter pertencido, ao menos formal ou
explicitamente, um artista de pincel deu o primeiro sinal de transgressão do estatuto
reservado aos «homens de letras»: trata-se de Rafael Bordalo Pinheiro que, em 1871,
enquanto decorriam as Conferências do Casino organizadas pelos escritores da Geração
de 70, publicou a sua «conferência» gráfica numa prancha em quadradinhos¹⁶. Para
além do seu enorme talento artístico, Bordalo trazia a novidade da eficácia de um
discurso artístico no espaço público, explorando o prisma visual da comunicação:
sem reclamar propriamente um estatuto diferenciado, num discurso alinhado pela
estética realista de crítica político-social, abriu no entanto, pela primeira vez, a porta
à afirmação social do artista e ao seu reconhecimento público.

Contemporâneos do Realismo em Portugal, os poetas parnasianos, a partir do jornal
A Folha dirigido entre 1868 e 1873 por João Penha, não tiveram força para afirmar
na época a «arte pela arte», mesmo nas suas aproximações impressionistas, como em
Cesário Verde. Foi o último Eça de Queirós – esse que se revia no papel de «cenobita»
no mundo-à-parte de «uma vida delirante e grandiosa», confidenciou a Oliveira Martins
(QUEIRÓS 1986: 2; 312-313) – quem sacralizou a figura do *artista*, despindo-se da
pretensão a exercer uma influência exterior e refugiando-se na sua arte, mesmo em

¹⁶ Referimo-nos à prancha nº 8 do álbum *A Berlinda* (PINHEIRO 1870).

estilo de vida de artista, como campo simbólico diferenciado das restantes elites, mais depurado e elitista. Seriam os «*touristes* da inteligência», dizia o biógrafo de Fradique Mendes (QUEIRÓS 2014: 147). Mas seria necessário esperar pela geração modernista da revista *Orfeu*, em 1915, para assistir à consagração desse *artista*, avesso a todo o academismo das letras e das artes tanto quanto alheado das massas. E, curiosamente, em 1915 desapareciam, como que marcando o fim de uma época, Ramalho Ortigão, Sampaio Bruno e França Borges, os três últimos grandes publicistas.

Referências e bibliografia

- ADORNO, Theodor – *Sobre a Indústria da Cultura*. Org. de A. Sousa Ribeiro. Coimbra: Angelus Novus, 2003. 198 p. ISBN 972-8827-20-2.
- BALLE, Francis – *Médias et sociétés, de Gutenberg à internet*. 8ª ed. Paris: Monchrétien, 1997. 821 p. ISBN 2-7076-0783-5.
- BOURDIEU, Pierre – «Une révolution conservatrice dans l'édition». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris. ISSN 0335-5322 [em linha]. N.º 126-127 (mar. 1999), p. 3-28. Disponível em <https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1999_num_126_1_3278>.
- BRANCO, Camilo Castelo – *Dispensos*. Compil. e notas de Júlio Dias da Costa. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924. 589 p.
- BRUNO, Sampaio – *Os Modernos Publicistas Portugueses*. Porto: Chardron, 1906. XVI, 425 p.
- CHALABY, Jean – «O Jornalismo como invenção anglo-americana. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920)». *Media & Jornalismo*. Coimbra: Minerva. ISSN 1645-5681. A. 2, n.º 3 (out.-inv. 2003). p. 29-50.
- CHARLE, Christophe – *Le Siècle de la Presse (1830-1939)*. Paris: Seuil, 2004. 399 p. ISBN 2-02-036174-4.
- – *Les intellectuels en Europe au XIXe siècle. Essai d'histoire comparée*. 2ª ed. Paris: Seuil, 2001, 452 p. ISBN 2-02-050050-7.
- – *Naissance des «Intellectuels». 1880-1900*. Paris: Minuit, 1990. 271 p. ISBN 2-7073-1325-4.
- – *La Crise Littéraire à l'Époque du Naturalisme*. Paris: Presse de l'École Normale Supérieure, 1979. 207 p. ISBN 2-7288-0055-3.
- CORDEIRO, Luciano – *Livro de Crítica: arte e literatura portuguesa de hoje*. Porto: Tip. Lusitana, 1869. 319 p.
- CORREIA, João C. – *Jornalismo e Espaço Público*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998. 186 p. ISBN 972-9209-59-6.
- DELPORTE, Christian – *Les Journalistes en France : 1880-1950*. Paris: Seuil, 1999. 449 p. ISBN 2-02-023509-9.
- – *Histoire du Journalisme et des Journalistes en France (du XVIIe siècle à nos jours)*. Paris: P.U.F., 1995. 127 p. ISBN ISBN 2-13-046778-4.
- DIAS, Luís Augusto Costa – «Personagens inventadas: jornalismo e ficção na I Grande Guerra mediática (1914-1918)». *Mediapolis*. Coimbra: IUC. ISSN 2183-5918. N.º 6 (2018), p. 41-59.
- – *Do claro busto de Minerva à dupla face de Jano, ou os anos dourados da imprensa*. In GOUVEIA, Cristina (coord.) – *Roque Gameiro na Imprensa*. Amadora: Casa Roque Gameiro, 2017. ISBN 978-972-8284-84-8, p. 7-17.

- — «Imprensa e espaço Público»; «Jornalismo moderno». In ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Vol. II. Lisboa: Assembleia da República, 2014. ISBN 978-972-556-558-2, p. 370-373. p. 539-541.
- — «Elites intelectuais». In ROLLO, Maria Fernanda (coord.) - *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Vol. I. Lisboa: Assembleia da República, 2013. ISBN 978-972-556-557-5. p. 1114-17.
- — *No século do povo: a perspetiva liberal e romântica de Garrett e Herculano*. In NEVES, José (coord.) – *Como se Faz um Povo*. Lisboa: Tinta da China / Fundação EDP, 2010. ISBN 978-989-671-040-8. p. 85-92.
- — «O papel do impresso. A imprensa e a transformação do espaço público em Portugal (último quartel do século XIX – primeiro quartel do século XX)». *Estudos do Século XX*. Coimbra: IUC. ISSN 1645-3530. N.º 7 (2007) p. 307-317.
- DIAZ, Brigitte – *Stendhal face à la presse de son temps*. In THERENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain (dir.) – *Presse et Plumes : journalisme et littérature au XIX^e siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2004. ISBN 2-84736-045-X. p. 17-29.
- DIAZ, José-Luis – «L'esprit sous presse. Le journal et le journaliste selon la littérature panoramique». In THERENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain (dir.) – *Presse et plumes: journalisme et littérature au XIX^e siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2004. ISBN 2-84736-045-X. p. 31-50.
- DIOGO, Américo Lindeza; SILVESTRE, Osvaldo – *Les Tours du Monde de Fradique Mendes. A roda da história e a volta da manivela*. Sintra: Câmara Municipal, 1993. 148 p. Dep. Legal PT – 66556/93.
- — *O Espectro*. Dir.: [António Rodrigues Sampaio]. Lisboa, 1 (16 dez. 1846) – 63 (3 jul. 1847) [nova ed. Lisboa: Tip. Diário da Manhã, 1880].
- FERENCZI, Thomas – *L'Invention du Journalisme en France. Naissance de la presse moderne à la fin du XIX^e siècle*. Paris: Plon, 1993. 275 p. ISBN 2-259-02605-2.
- FERNANDES, Paulo Jorge – *Mariano Cirilo de Carvalho. O «poder oculto» do liberalismo progressista (1876-1892)*. Lisboa: Texto Editores, 2010. 478 p. ISBN 978-972-47-4158-1.
- FERREIRA, Alberto; MARINHO, Maria José (ed.) – *Bom Senso e Bom Gosto. A Questão Coimbrã*. Vol. 1. Lisboa: IN-CM, 1985. 646 p. Dep. Legal 35318-X-85 PT.
- GARRETT, Almeida – *Doutrinação Liberal*. Sel. Textos, introd. e notas de Luís Augusto Costa Dias. Lisboa: Alfa, 1990. 163 p. Dep. Legal 43225/91 PT.
- HERCULANO, Alexandre – «Da propriedade literária e da recente Convenção com França». In *Opúsculos*. Org., introd. e notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia. Vol. I. Porto (imp.): Presença, 1982. p. 221-274.
- KALIFA, Dominique – *La Culture de Masse en France. 1860-1930*. Paris: La Découverte, 2001. 122 p. ISBN 2-7071-3515-1.
- KALIFA, Dominique [et al.] (dir.) – *La Civilisation du Journal. Histoire culturelle et littéraire de la presse française au XIX^e siècle*. Paris: Nouveau Monde, 2011. 1762 p. ISBN 978-2-84736-543-6.
- LOURENÇO, A. Apolinário – «De Fradique Mendes a Fernando Pessoa. A aventura interminável», *Cadernos de Literatura*. Coimbra: C.L.P. / I.N.I.C. Dep. Legal -2895/83 . N.º 25 (Dez. 1986). p. 45-52.

- MENDONÇA, A. P. Lopes de – *Memórias de Literatura Contemporânea*. Lisboa: Tip. do Panorama, 1855. 388 p.
- MIRANDA, Paula Cristina – *As Origens da Imprensa de Massa em Portugal: o Diário de Notícias (1864-1889)*. Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Europeus. Évora: Universidade de Évora, 2002. Polic. 305 p.
- PEIXINHO, Ana Teresa – «Cânone realista e discurso de imprensa». In LOURENÇO, António Apolinário et al (dir.). *O Século do Romance. Realismo e Naturalismo na Ficção Oitocentista*. Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa, 2013. ISBN 978-972-9126-28-4. p. 191-208.
- – *A Epistolaridade nos Textos de Imprensa de Eça de Queirós*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / F.C.T., 2011. 568 p. ISBN 978-972-31-1346-4.
- PEIXINHO, Ana Teresa; DIAS, Luís Augusto Costa – «A cidade e as suas personagens em fim-de-século no quadro de emergência de uma cultura urbana de massas em Portugal». *Mediapolis*. Coimbra: IUC. ISSN 2183-5918. N.º 1 (1.º sem. 2015) p. 91-105.
- PEREIRA, José Carlos Seabra – «Do Fim-de-Século ao Modernismo». In REIS, Carlos (dir.) – *História Crítica da Literatura Portuguesa*. Vol. 7. Lisboa: Verbo, 1995. 460 p. ISBN 972-22-2473-5.
- – *O Neo-Romantismo na Literatura Portuguesa. 1900-1925*. Tese de Doutoramento, polic., Coimbra: FLUC, 1999.
- PIEIDADE, Ana Nascimento – *Fradiquismo e Modernidade no último Eça*, Lisboa: IN-CM, 2003. X, 332 p. ISBN 972-27-1157-1.
- SERPA, António de – *Poesias*. Lisboa: Tip. da Revista Popular, 1851. 233 p.
- PINHEIRO, Rafael Bordalo – *A Berlinda: reproduções dum álbum humorístico ao correr do lápis*. Lisboa: s.n., 1870 [edição fac-similada, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2005. 8 f. desdobradas. Dep. Legal PT – 232837/05. Disponível em <http://purl.pt/23524/1/1385504_PDF/1385504_0000_tE.pdf>].
- QUEIRÓS, Eça de – *A Correspondência de Fradique Mendes*. Edição Crítica de Carlos Reis, Irene Fialho, Maria João Simões. Lisboa: INCM, 2014. 436 p. ISBN 978-972-27-2085-4.
- – *Cartas Públicas*. Edição Crítica de Ana Teresa Peixinho. Lisboa: INCM, 2009. 239 p. ISBN 978-972-27-1800-4.
- – *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Edição Crítica de Elza Miné e Neuma Cavalcante. Lisboa: INCM, 2002. 685 p. ISBN 972-27-1125-3.
- – *Textos de Imprensa VI (da Revista de Portugal)*. Edição Crítica de Helena Santana. Lisboa, INCM, 1995. 147 p., 4 f. ISBN 972-27-0718-3.
- – *Correspondência*. Org. Guilherme de Castilho. 2 vols. Lisboa: IN-CM, 1983. 640; 622 p. Dep. Legal PT - 2622-83.
- – «Uma circular de E. Q.». In ANDRADE, M. – «Eça de Queiroz e a *Revista de Portugal*». *Ocidente*, Lisboa: Edição de Álvaro Pinto. Suplemento ao Vol. XLIV, Nº 177 (1953) p. 30.
- RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela (org.) – *Jornais e Revistas Portugueses do Século XIX* [catálogo]. 2 vols. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. 480; 432 p. ISBN 972-565-229-0. ISBN 972-565-314-9.
- REIS, Carlos – *Estudos Queirosianos. Ensaios sobre Eça de Queirós e a sua obra*. Lisboa: Presença, 1999. 194 p. ISBN 972-23-2473-X.
- RODRÍGUEZ MARTÍNEZ, Ruth – «Balzac, una visión crítica y contemporánea del periodismo». *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*. Madrid: Universidade Complutense de Madrid. ISSN

- 1134-1629. Vol. 12 (2006). p. 443-455. Disponível em <<http://revistas.ucm.es/index.php/ESMP/article/view/ESMP0606110443A/12382>>.
- RODRIGUES, Ernesto – *O Mágico Folhetim. Literatura e Jornalismo em Portugal*. 1.^a ed. Lisboa: Editorial Notícias, 1998. 496 p. ISBN 978-972-46-0954-6.
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos – *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Presença, 1988. 356 p. Dep. Legal – 21832.
- TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.^a ed. rev. Lisboa: Caminho, 1989. 352 p. ISBN 972-21-0396-2.
- THÉRENTY, Marie-Ève; VAILLANT, Alain – *1836, l'an I de l'ère médiatique*. Paris: Nouveau Monde, 2001. 388 p. ISBN 2-84736-002-6.
- VENÂNCIO, Fernando – *Conceções de Língua Literária em Portugal na Época de Castilho: 1835-1875*. Tese de doutoramento, polic. Universidade de Amsterdão, 1995. 268 p.

O teatro como manifesto político
no advento do salazarismo

O caso da peça *O Estandarte*, em 1932

The theatre as a political manifesto
in the advent of the salazar regime

The case of the play *O Estandarte (the banner)*, in 1932

José Guilherme Victorino

José Guilherme Victorino, Doutor em Ciências da Informação pela Universidade Complutense de Madrid, Professor na Universidade Autónoma de Lisboa, Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20. Email: zeguiv@gmail.com.

https://doi.org/10.14195/1647-8622_18_8

Ainda e sempre sobre a origem e o destino das democracias, justifica-se prosseguir com o tema sintético da presente colectânea evocando o texto erudito e reflexivo do Prof. Georges Contogeorgis acerca da tão revisitada democracia ateniense.¹⁶ Sugere ele que constitui um enorme equívoco de índole oligárquica – mais mercado do que fórum, portanto – *pensar a essência do primeiro regime democrático e das democracias em geral como residindo na representação*. Pelo contrário, seria precisamente com a representação dos cidadãos por qualquer selecção de candidatos a seus representantes que as democracias acabariam, como sucedeu em Atenas.

De um ponto de vista empírico, a passagem de uma alegada «*assembleia dos cidadãos*» atenienses articulada por Contogeorgis à «*democracia representativa*» – um qualificativo que faz imediatamente pensar que existiriam outras modalidades de democracia, as quais se apresentam hoje cada vez mais frequentemente, em especial a democracia participativa, por vezes associada à «democracia da rua» - tal passagem da assembleia à representação explicar-se-ia de forma trivial pela *escala*, um tema aliás escassamente estudado pela ciência política (uma virtual excepção seria o mais historiador dos sociólogos, Max Weber, que concebeu uma espécie de «democracia autárquica» anterior à «democracia estatal», senão precursora desta, no livro sobre *A cidade medieval*¹⁷).

A explicação pela escala e pelas relações centro-periferia, conceptualizadas pelo sociólogo fenomenologista de inspiração weberiana Edward Shils no seu estudo de meados dos anos '70 do século passado¹⁸, é porém demasiado trivial. Entende-se assim muito bem onde o Professor Contogeorgis pretende chegar: «a democracia não é um fim em si mesmo», designando então como finalidade das democracias, isso sim, «a liberdade individual e um corpo de direitos sociais e políticos» (cito)! Esta conclusão remete directamente para a contribuição extremamente importante do Professor Vital Moreira acerca da União Europeia enquanto democracia supra-nacional – ou, como eu a designaria sociologicamente, supra-estatal – com a qual terminarei os meus comentários.

Dito isto, é necessário voltar à questão crucial da representação., Como versão intermédia, digamos assim, entre a Atenas clássica e a democracia moderna, apenas é possível remeter para algo mais de 2000 anos depois, ou seja, para a chamada soberania – tratada como nacional mas, na realidade, já estatal – representada no frontispício do livro decisivo de Hobbes de meados do século XVII pela multidão de pequeníssimas personagens virtualmente iguais umas às outras que constituem o vasto tronco encabeçado pelo rosto do *Leviatã*... Ora, quando a Inglaterra e mais ainda, porventura com a ousadia da jovem rebelião secessionista, os Estados Unidos da América iniciaram o advento de fórmulas políticas representativas em grande escala, a concepção da representação então vigente era declaradamente oligárquica.

Dito de forma mais corrente, segundo as primeiras modalidades de representação nacional eleita, os representados escolhiam os seus representantes entre os «bem-nascidos», conforme a doutrina inicial norte-americana; em Inglaterra, o processo far-se-á pelo aumento gradual ao longo dos séculos da escala dos representados, caso das mulheres

¹⁶ CONTOGEOGIS, Georges – “De la Démocratie. Questions de concepts et de méthode”. *EstSecXX*. 17 (2017) p. 15-32.

¹⁷ WEBER, Max – *The City*. Free Press, 1966 (publicado pela primeira vez em 1921). 242 p.

¹⁸ SHILS, Edward – *Centro e Periferia*. Lisboa: Difel, 1992.

mas não, com a complexidade que o crescimento da escala traz consigo. É apenas em torno da grande viragem internacional de 1830 que se pode então começar a falar de uma demo-liberalização de franquia limitada, como nos Estados Unidos de Andrew Jackson (1828), na própria França de Louis-Philippe (1830), na Inglaterra com o «Reform Act» de 1832 e até em Portugal com o advento de D. Pedro IV em 1834...

Ainda no século XVIII, em França concretamente, onde a grande revolução acabou por cortar a tímida liberalização interna à monarquia, surge a noção desejavelmente menos oligárquica, porventura mais democrática, de alguém como o Abbé Sieyès na sua *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, segundo o qual a selecção dos representantes deveria fazer-se, nas suas palavras, pela distinção entre cidadãos activos e passivos em função do censo. Na prática histórica sucessiva, a distinção censitária, graças ao alargamento da franquia eleitoral, foi sendo substituída, por assim dizer, pelos «especialistas» ou, se preferirem, os operadores no mercado da oferta de representação, em suma, a representação política como profissão e já não como uma mera vocação natural da oligarquia...¹⁹

Com o decorrer das experiências políticas no quadro da gigantesca modernização das sociedades ocidentais no último século e meio – a partir, digamos, das revoluções de 1848 – o processo inverteu-se, por assim dizer, em relação à concepção anglo-saxónica e as oligarquias tradicionais, regularmente submetidas às «sacudidelas» bem conhecidas, foram em larga medida incorporando os profissionais da política, a quem o iliberalismo potencial de Max Weber levava a falar já em 1917 de «Beruf politiker ohne Beruf», expressão na qual Weber joga com o duplo significado da palavra *Beruf*, ou seja, «políticos profissionais sem vocação».

Regressando à actualidade, ou seja, à «democracia supranacional na União Europeia», o Professor Vital Moreira²⁰ estabelece de forma exaustiva, no mais longo texto da colectânea, o percurso europeu de formalização jurídica, percurso esse que, *se não garante, permite* com certeza a democracia tal como hoje a entendemos. O autor não esconde, todavia, que a legitimidade juridicamente conferida à União Europeia pela «vontade dos cidadãos» (sub-título do seu artigo), depende em última instância de estes assim o entenderem na prática, o que não é, de resto, radicalmente diverso daquilo que se passa com os cidadãos de cada um dos Estados-membros, segundo o seu grau diferenciado de mobilização, conforme dissemos acima. Com efeito, as únicas dúvidas que subsistem perante esta rigorosa exposição dos Tratados supranacionais vigentes na União e comentados por Vital Moreira dizem respeito ao seu efectivo entendimento por parte dos Europeus, não sendo certo que muitos destes tenham interiorizado os direitos conferidos pela cidadania europeia e, mais grave do que isso, que os cidadãos estejam motivados e/ou sejam encorajados pelos respectivos Estados e partidos políticos para exercerem activamente essa efectiva cidadania legalmente garantida.

O autor procede passo a passo à análise da natureza político-jurídica da União a fim de explicar exaustivamente o seu carácter democrático, no duplo sentido de todos os Estados a ela pertencentes serem democráticos e de ela garantir a democraticidade

¹⁹ MANIN, Bernard – *Principes du gouvernement représentatif*. Flammarion, 1996. 319 p.

²⁰ MOREIRA, Vital – «A vontade dos cidadãos da União Europeia. A democracia supranacional na União Europeia». *Estudos do Século XX*. 17 (2017) p. 45-80.

desses Estados, mas também através da sua própria Constituição, encerrando a UE «inequívocos traços para-estatais e, simultaneamente, para-federais». Os sucessivos artigos constitucionais são enumerados e parcialmente citados, permitindo-nos, contudo, entrever a distância que, em múltiplos casos, separa a letra da lei e as práticas publicamente reconhecidas, não só por parte dos cidadãos mas também pelos partidos políticos supostos «contribuírem para a criação de uma consciência europeia», segundo o artigo 11.º... Contribuir, contribuem, mas resta saber de que modo, como obviamente o autor não ignora, sendo ele frequentemente o primeiro a reconhecer aquilo que designa por «limitações» ao recente aprofundamento dos traços parlamentares da União!

Mais do que a dimensão por ele atribuída, por exemplo, ao direito de petição dos cidadãos e aos traços de «democracia participativa», que me parecem mais retóricos do que substantivos, é importante notar que a construção europeia é tudo menos «um alargamento geográfico», mas sim uma efectiva integração transnacional e plurifuncional feita graças a sucessivos «saltos qualitativos» ao nível das novas instituições e das crescentes atribuições internas e externas da União, nomeadamente desde o Tratado de Maastricht de 1992 até muito recentemente, em pouco mais de 20 anos para mais de 500 milhões de pessoas... até ao Brexit! O autor tem certamente razão quando argumenta que a actual legitimidade é superior à mera integração económica. Em contrapartida, não se pode deixar de considerar que a criação e a regulação da moeda única constituem o cimento mais necessário, embora insuficiente e até problemático, como se tem visto na última década, de uma União que cresceu para fora da maneira que sabemos mas também para dentro!

Ainda no início do artigo, o autor faz-nos perceber por que razão e de que modo «a cidadania europeia está acima da nacional», desde logo incluindo todos os Europeus onde quer que residam, simultaneamente como eleitores e elegíveis, ao mesmo tempo que qualquer cidadão pode recorrer ao «Supremo Tribunal» europeu e as decisões deste sobreponem-se eventualmente aos tribunais e até aos governos nacionais. Porém, esta atitude global de ordem cosmopolita também explica, por reacção, o ressurgimento do chamado «soberanismo». Do mesmo modo, se a questão da proporcionalidade da representação parlamentar europeia foi finalmente resolvida, isso não aboliu o problema virtualmente insanável das diferenças de *dimensão* entre os países (população ponderada pela sua instrução e pelo seu rendimento, como já foi calculado para Portugal e Espanha), para não falar das outras diferenças certamente não menores, como a língua e a cultura, bem como o grau e o padrão de desenvolvimento de cada país!

Vital Moreira não tem aliás problema em reconhecer aquilo mesmo de que se queixam amargamente os anti-europeístas ao escrever: «A integração europeia traduziu-se numa compressão da soberania nacional e, portanto – acrescenta ele – numa constrição da democracia nacional». Pessoalmente, também não tenho problemas! Isso não impede, contudo, que ligeiramente mais de metade dos votos expressos no referendo do Reino Unido tenha optado pelo BREXIT! Para o final, o autor pergunta-se se a saída do Reino Unido não irá no sentido de favorecer mais passos em frente por parte da União no sentido de um quase-federalismo. Pessoalmente, não acredito, mas de qualquer modo não interessa saber quem perdeu mais. Na minha opinião, perdemos todos e os europeístas tanto ou mais do que os outros!

A emergência crescente destes movimentos de recuo, por vezes brutal, em relação ao processo de integração europeia, obriga-nos a observar que este extraordinário processo, tão inédito que é difícil classificar esta «espécie» de sistema político, é por seu turno forçado a regressar a determinadas «limitações» aos resultados atingidos. Concretamente, o próprio Vital Moreira não deixou de recuperar também esse fenómeno político estudado por tantos outros especialistas, a saber, o chamado «défice democrático europeu», de maneira a circunscrever a tal «défice» a inegável «crise de valores» que grassa na Europa e não só. Segundo ele, a legitimidade da União é efectivamente afectada por um défice que se traduz internamente, mostrando que a «cidadania» não se compenetrou ainda do leque de novas competências do Parlamento Europeu; e externamente, sendo a expressão mais eloquente desse «défice» a abstenção maciça recorrente nas eleições europeias. Para o autor, a solução parece ser mais parlamentarismo e mais federalismo. Como cidadão, concordo. Contudo, na prática, uma tal solução pode equivaler, na presente hora, a atear um incêndio de protestos...

Sabe-se quais são as consequências do «défice democrático»: os «populismos» são uma delas. O autor prefere, porém, não aprofundar as causas de tal fenómeno recorrente. Pelo meu lado, publiquei há dez anos um artigo²¹ onde argumentava que tal défice se devia mais aos governos e partidos nacionais do que à própria União, a começar pelos governos portugueses, os quais praticam regularmente aquilo a que eu chamava o «double-talk»: um discurso em Bruxelas e outro em Lisboa ou qualquer outra capital, reivindicando os governos nacionais os louros das decisões europeias quando estas parecem convir-lhes e queixando-se das decisões que não lhes convêm imputando-as a Bruxelas!

Assim se criava e continua a criar um capital político governamental de «queixa permanente», o qual, com o tempo, se transforma num défice cada maior entre os eleitorados nacionais e a União, minando a legitimidade desta última em benefício dos governos e/ou dos partidos nacionais para ilusão dos seus eleitores. E quem fala de decisões não está a pensar apenas na actual política financeira e monetária mas nas próprias instituições e processos europeus, como se cada país não tivesse contribuído para estes, habitualmente por consenso, como de resto Vital Moreira explica muito bem por que razão o consenso prevalece, efectivamente, em relação à maioria nas decisões da União.

Por outras palavras, muitas são as áreas e muitos os mecanismos que geram constantemente esse défice entre a União e cada um dos países-membros (por exemplo, as directivas europeias são frequentemente esvaziadas a nível nacional quando os governos não concordam com elas, como por exemplo a directiva sobre o trabalho em «part-time» em Portugal...²²). Do seu lado, a União Europeia é cada vez mais um edifício de laboriosidade extrema, ao ponto de se tornar opaco e permitir a suspeita, por parte dos eleitorados, de que essa opacidade não é totalmente involuntária nem

²¹ “O défice democrático da União Europeia ou a história de um federalismo frustrado”. In LOBO, M. C.; LAÍNS, P. (orgs.) – *Em nome da Europa: Portugal em mudança (1986-2006)*. Lisboa, 2006. Num sentido muito diverso do meu, o próprio Vital Moreira remete para o excelente artigo, já um pouco datado, de Miguel Poiares Maduro, O *superavit* democrático europeu, *Análise Social*, n.ºs 158-159, 2001: pp. 119-152.

²² SILVA, Pedro Adão e – “The europeanisation of social policies in Portugal”. *Portuguese Journal of Social Sciences* (2011).

gratuita... No caso português, o défice de transparência, apesar do aparente consenso manifestado pelos sucessivos governos, está tanto mais interiorizado quanto nenhum tratado europeu foi referendado pelo eleitorado, como de resto a nossa própria Constituição e certas das suas alterações relevantes também nunca o foram!

Apesar da aguda crise actual, partilho a ideia do autor segundo a qual o Tratado de Lisboa possui virtualidades de aprofundamento democrático – ao invés do «défice» – e também é verdade que decorreram desde então apenas dez anos, esquecendo nós o tempo exigido por mudanças desta grandeza e deste ineditismo. Resta saber se nos será consentido o tempo necessário. Quanto a ser a União Europeia, como argumentam os anti-europeístas, «uma democracia sem povo», concordo plenamente com Vital Moreira quando este retorque, já perto do final da sua exaustiva sùmula político-jurídica, que «a moderna democracia constitucional não é baseada em agregados sociais (povos, nações) mas sobre os cidadãos individuais»!

A fim de recuperar em breves palavras uma visão global das ciências sociais sobre o tema das «Democracias», valer-me-ei de uma citação do «decano» da ciência política brasileira, Wanderley Guilherme dos Santos, na abertura do seu artigo seminal de 1998, «Poliarquia em 3D»²³:

«Quem diz participação, diz democracia (Rousseau); quem diz democracia, diz organização (Robert Dahl); quem diz organização, diz oligarquia (Robert Michels) ou autoritarismo (dizem os factos). Este é um exemplo da série de transitividades perversas, paradoxos, circularidades que tornam a sobrevivência dos regimes democráticos algo precária, sujeita a ciclos aleatórios, a descontinuidades e sobressaltos. É possível identificar os atributos característicos de uma democracia estável e também se pode estabelecer a crônica da emergência e evolução de grande parte desses atributos. Mas, tanto quanto me seja conhecido, o factor *E* (estabilidade) permanece indecifrado, quero dizer, aquele ingrediente que faz com que tais atributos se sustentem imperturbáveis por longos períodos, em alguns casos, em outros não, e cuja ausência leva as democracias ao colapso».

O exemplo mais recente de um processo de crescente e inesperada *instabilidade* política e social em plena Europa democrática e transnacional é aquele fornecido neste momento da conjuntura europeia pela Catalunha...

²³ SANTOS, Wanderley Guilherme dos – «Poliarquia em 3D». *Dados* (Rio de Janeiro), 1998, vol. 41, n.º 2.

Estudos do Século XX

Características Gerais da Revista, Normas de Arbitragem Científica, da apresentação e da publicação dos originais

1. A revista *Estudos do Século XX* é uma Revista com sistema de arbitragem científica, propriedade do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, financiado plurianualmente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra.
2. A Direcção da revista é constituída pelo director e por dois secretários, sendo um deles o coordenador do respectivo número. No entanto, um número da revista poderá eventualmente ter dois coordenadores.
3. O Conselho Editorial da revista é constituído por investigadores estrangeiros, de reconhecido mérito, que forem considerados importantes para garantir o nível científico da revista, e pelos Coordenadores dos Grupos de Investigação. Também poderão participar nesse Conselho os membros ou alguns membros da Comissão Externa Permanente de Aconselhamento Científico (CEPAC) do CEIS20.
4. A revista, essencialmente temática, tem como finalidade primordial dar a conhecer os resultados das investigações que se vão realizando sobre o século XX.
5. Tendo em conta a finalidade referida, colaborarão na revista com artigos científicos, resenhas, notícias ou outro tipo de trabalhos, os membros do CEIS20 e outros investigadores de reconhecida idoneidade científica, que serão expressamente convidados, por proposta do respectivo coordenador da Revista e por decisão do Conselho Editorial. Haverá uma chamada (*call for paper*) a colaborações externas ao CEIS20.
6. Todas as contribuições submetidas à apreciação serão sujeitas a um processo de avaliação por pares (*peer review*). A decisão final sobre a publicação dos textos compete ao coordenador de cada número da revista, depois de considerados os pareceres dos pares (*referees*). Os pareceres e a decisão tomada sobre os trabalhos recebidos serão comunicados aos respectivos autores.
7. Aos autores será facultada apenas a revisão das primeiras provas tipográficas.
8. A Direcção e a Editora reservam-se o direito de alterar as referências, citações, siglas utilizadas em notas e outros elementos formais, adaptando-os ao sistema adoptado na revista.
9. Por cada artigo serão oferecidos 2 exemplares do número da revista em que colaborou.
10. As opiniões expressas nos artigos são da responsabilidade dos autores.
11. A publicação de imagens carece de autorização do seu detentor.

Estudos do Século XX

Journal features, peer review standards and conference presentation and journal article publication rules

1. *Estudos do Século XX* is a journal subject to peer review, which is the property of the Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20 (Centre of 20th century interdisciplinary studies – CEIS20), with multi-annual funding from the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Foundation for Science and Technology). The journal is published by Imprensa da Universidade de Coimbra (Coimbra University Press).
2. The Board is composed of the Director and two Secretaries, one of whom act as the coordinator of the issue in question. An issue may, however, have two coordinators.
3. The journal's Editorial Committee is composed of renowned foreign researchers, who lend scientific merit to the journal, and the Research Group Supervisors. The Committee may also include some or all members of the CEIS20 External Scientific Advisory Board.
4. Each issue focuses on one theme, the core purpose of the journal being, however, to disseminate the findings of research carried out on the 20th century.
5. In view of such objective, the members of CEIS20 and other researchers of recognized scientific competence, who are expressly invited by the Journal coordinator, may submit scientific papers, recensions, news reports or other writings, which are published by decision of the Editorial Board. The CEIS20 lists a Call for Papers.
6. All submissions undergo peer review. The coordinator of the issue in question selects the texts for publication based on the referees' opinions. The authors will receive notice of the opinions and the acceptance for publication.
7. The authors are required to revise only the first proof sheet.
8. The Board and Publisher have the right to amend references, quotations, acronyms used in notes, and other formal elements of the text, according to the system adopted by the journal.
9. For each article submitted, the author receives 2 copies of the relevant journal issue.
10. The authors are expected to take full responsibility for the opinions expressed in their articles.
11. The publication of images requires permission of the holder.

Estudos do Século XX

Caractéristiques Générales de la Revue, Normes de l'Arbitrage Scientifique, de la Présentation et de la publication des Originaux

1. La revue *Estudos do Século XX* (Etudes du XXe Siècle) est une Revue disposant d'un système d'arbitrage scientifique, propriété du Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20 (Centre d'Etudes Inter-disciplinaires du XXe Siècle de l'Université de Coimbra – CEIS20), financée de façon pluriannuelle par la Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Fondation pour la Science et la Technologie). Elle est éditée par l'Imprensa da Universidade de Coimbra (Presse Universitaire de Coimbra).
2. La Direction de la revue est constituée par le directeur et par les deux secrétaires, l'un d'eux étant le coordinateur du numéro respectif. Toutefois, un même numéro de la revue pourra éventuellement avoir deux coordinateurs.
3. Le Conseil Editorial de la revue est constitué par des chercheurs étrangers, au mérite reconnu, qui sont considérés importants pour assurer le niveau scientifique de la revue, et par les Coordinateurs des Groupes de Recherche. Pourront aussi participer au Conseil, les membres ou certains membres du Comité Externe du Conseil Scientifique du CEIS20.
4. La revue, essentiellement thématique, a pour finalité primordiale de faire connaître les résultats des recherches qui sont effectuées sur le XXe siècle.
5. Etant donné la finalité mentionnée, pourront collaborer à la revue avec des articles scientifiques, des comptes-rendus, des informations ou d'autres types de travaux, les membres du CEIS20 et d'autres chercheurs dont la respectabilité scientifique est reconnue, qui seront expressément invités, à travers une proposition du coordinateur respectif de la Revue et par décision du Conseil Editorial. Il y aura un appel (*call for paper*) à collaborations extérieures au CEIS20.
6. Toutes les contributions soumises à appréciation seront sujettes à une procédure d'évaluation par les pairs (*peer review*). La décision finale à propos de la publication des textes revient au coordinateur de chaque numéro de la revue, après avoir pris en compte les avis des pairs (*referees*). Les avis et la décision prise sur les travaux mentionnés seront communiqués aux auteurs respectifs.
7. Ne sera faculté aux auteurs que la révision des premières épreuves.
8. La Direction et l'Éditeur se réservent le droit de modifier les références, les citations, les sigles utilisés dans les notes et autres éléments formels, en les adaptant au système adopté par la revue.
9. Pour chaque article seront offerts 2 exemplaires du numéro de la revue à laquelle vous aurez collaboré.
10. Les auteurs seront responsables des opinions exprimées dans les articles.
11. La publication des images nécessite une autorisation du titulaire des droits.